



**Prefeitura Municipal de Hortolândia**  
Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia.



**Semana de 08 a 17 de setembro 2021.**

Unidade escolar: EMEF Caio Fernando Gomes Pereira	
Componente curricular: História	
Professor: Manoel Messias Oliveira dos Santos	
Aluno (a):	Série: <b>8º ano</b>

**Texto: Inconfidência Mineira**

Apesar de a fundação das vilas e cidades ter aumentado o controle da Coroa sobre a população das Minas, as autoridades nunca conseguiram resolver completamente os problemas com a cobrança dos impostos. Diversos foram os métodos para extrair dos mineradores - pobres e ricos - a parte que a Coroa considerava que lhe era devida. Eram frequentes os protestos dos mineiros contra essas cobranças, levando algumas vezes a revoltas localizadas. A insatisfação dos mineradores com a cobrança de impostos cresceu ainda mais com a criação das casas de fundição. A essas casas devia ser encaminhado todo o ouro encontrado na capitania; lá, ele era fundido em barras que levavam uma marca da Coroa, para atestar sua legalidade. Ao mesmo tempo, eram recolhidas as barras que correspondiam ao quinto real - quinta parte de todo o ouro extraído -, destinadas aos cofres da Coroa.

Em Minas Gerais, a quantidade de ouro extraído diminuía, e os impostos devidos a Portugal estavam atrasados. O governo ameaçava realizar a *derrama* - cobrança pela força dos impostos atrasados, que deveriam ser pagos por toda a população. Os mineiros estavam descontentes. Nessa época, as ideias revolucionárias eram difundidas em Minas Gerais, e o exemplo dos Estados Unidos animava os colonos. Em 1789, um pequeno grupo de intelectuais de Vila Rica (atual Ouro Preto) começou a planejar uma insurreição para tornar Minas Gerais um país independente e republicano, com suas próprias leis e um comércio livre. Pensaram até na bandeira do novo país. Entre esses intelectuais estavam Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, o padre José da Silva Rolim e o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. A eles se juntaram também pessoas que não pertenciam à elite, como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado Tiradentes.

A insurreição foi planejada para o dia em que fosse decretada a derrama. Mas o movimento não chegou a acontecer, pois os conspiradores foram denunciados, e o governador mandou suspender a derrama. Logo a seguir, 31 homens foram presos e processados, acusados do crime de **inconfidência**. A sentença saiu depois de três anos. Tiradentes assumiu a responsabilidade pela conspiração e foi o único condenado à morte por enforcamento. A execução ocorreu em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi esquartejado, e os pedaços foram espalhados pelo caminho que levava a Minas Gerais. Dos outros, 18 foram expulsos para a África e seis foram absolvidos por falta de provas. Cláudio Manuel da Costa morreu na prisão, em 1789, provavelmente vítima de tortura. Os padres receberam julgamento secreto.

DOMINGUES, Joelza E. História em Documento: imagem e texto. (8º ano). São Paulo: FTD, 2012, p. 96. DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*. (vol. 3) São Paulo: Atual, 1995, p. 113-114

**Atividade 1**, dias de 08 a 10 de setembro de 2021:

- 1) O que eram e como funcionavam as casas de fundição?
- 2) O que era a derrama?
- 3) Procure no dicionário e escreva o significado de “inconfidência”.
- 4) São grupos sociais que participaram da inconfidência mineira, **exceto**:
  - a) intelectuais
  - b) escravos
  - c) padres
  - d) militares

---

**Atividade 2**, dias de 13 a 17 de setembro de 2021:

- 1) Quais eram os objetivos dos inconfidentes mineiros?
- 2) Por que a insurreição dos mineiros contra a Cora não chegou a ocorrer?
- 3) Qual foi e como ocorreu a pena dada a Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)?
- 4) O motivo principal que levou à tentativa de insurreição planejada pelos mineiros foi:
  - a) a insatisfação com a escravidão existente na capitania de Minas Gerais.
  - b) o baixo rendimento com a extração de ouro nas minas.
  - c) a tentativa de alterar a execução da derrama para data posterior.
  - d) a cobrança abusiva dos impostos por parte da Coroa.

---

**BIBLIOGRAFIA**

DOMINGUES, Joelza E. *História em documento: imagem e texto*. 8º ano. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2012.

DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*. (vol. 3) São Paulo: Atual, 1995.

**Obs.:** Explicações, orientações e esclarecimentos de dúvidas estão ocorrendo via Google Meet e WhatsApp.